

Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (RMA): Estado e Políticas de Habitação

Mário Jorge S. Santos
Ana Rocha dos Santos

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a produção dos territórios de segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (SE), cuja expressão territorial é marcada por diferenças nas condições de habitação, na paisagem urbana e na realidade socioeconômica dos municípios que compõem a RMA. Parte-se do pressuposto de que essa produção se dá pela ação do Estado, por meio das políticas de habitação desenvolvidas ao longo do tempo. A pesquisa realizada na RMA constatou que a produção habitacional do Programa Minha Casa Minha (PMCMV), vem desde 2009, alterando a realidade socioespacial e territorial da região, com o incremento da periferização das populações que habitam nesses territórios e promovendo uma separação no e do espaço pela construção de condomínios fechados nas áreas mais carentes e distantes da região.

Palavras-chave: Estado, habitação, segregação socioespacial

* Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor da Secretaria de Estado da Educação, e pesquisador do Laboratório de Estudos Territoriais - LATER/PPGEO/UFS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Regional e Urbana, Ensino de Geografia e Formação de Professores.

** Licenciada e bacharel em Geografia. Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Campus Prof. Alberto Carvalho e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Relação sociedade-natureza e produção do espaço geográfico. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, descentralização, política pública, gestão do território, política educacional, formação de professores, prática docente, metodologia de ensino.

Territories of Socio-spatial Segregation in the Metropolitan Region of Aracaju (MRA): State and Housing Policies

Territorios de segregación socio-espacial en la Región Metropolitana de Aracaju (RMA): Estado y Políticas de Vivienda

Abstract

This article aims to analyze the production of territories of socio-spatial segregation in the Metropolitan Region of Aracaju (SE), whose territorial expression is marked by differences in housing conditions, in the urban landscape, and in the socio-economic reality of the municipalities that make up the MRA. It starts from the assumption that this production takes place through the action of the State, through housing policies developed over time. The research carried out at the MRA found that the housing production of “Minha Casa Minha Vida” Program (PMCMV) has been, since 2009, changing the socio-spatial and territorial reality of the region, increasing the peripheralization of the populations that inhabit these territories and promoting separation in and of the space for the construction of closed condominiums in the poorest and most distant areas of the region.

Keywords: State, housing, socio-spatial segregation

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar la producción de los territorios de segregación socio-espacial en la Región Metropolitana de Aracaju (Sergipe-Brasil), cuya expresión territorial está marcada por diferencias en las condiciones de residencia, en el paisaje urbano y en la realidad socio-económica de los municipios que componen la RMA. El presupuesto del análisis considera que la producción de estos territorios acontece por la acción del Estado, a través de las políticas de vivienda desarrolladas en diferentes períodos. La investigación realizada en la RMA constató que, desde 2009, la producción habitacional del Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ha alterado la realidad socio-espacial y territorial del espacio metropolitano con el incremento de la periferización de la población y la promoción de una separación en el espacio (y del espacio) mediante la construcción de condominios cerrados en las áreas más carentes y distantes.

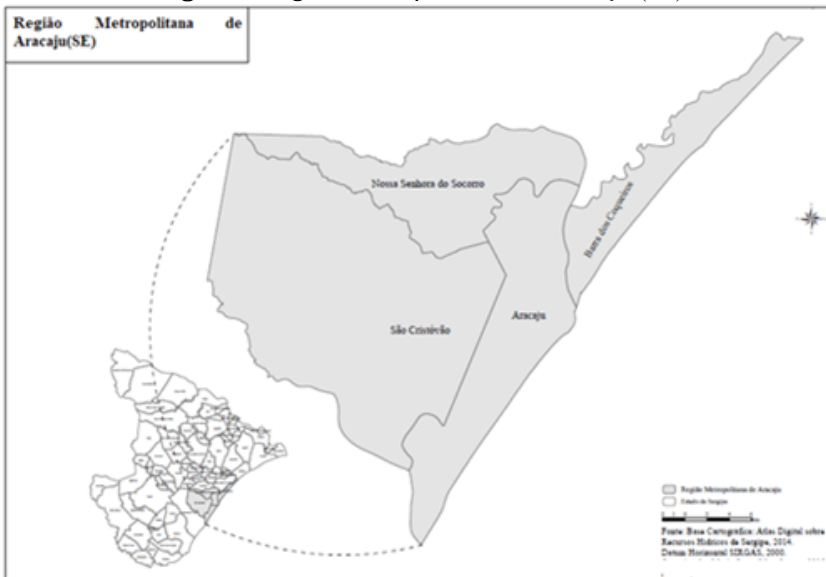
Palabras claves: Estado, vivienda, segregación socio-espacial



Introdução

A Região Metropolitana¹ de Aracaju (RMA), criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, é composta pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo como sede Aracaju (Figura 1).

Figura 1: Região Metropolitana de Aracaju (SE)



Fonte: Base Cartográfica: Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe, 2014

A população da Região Metropolitana de Aracaju, estimada em 835.654 habitantes (IBGE, 2010), cresce aceleradamente devido à imigração de pessoas provenientes de outros municípios de Sergipe, especialmente de áreas rurais, bem como, de outros estados da Federação, especialmente do norte da Bahia. (FRANÇA, 1999)

1 Considera-se neste estudo a Região Metropolitana de Aracaju legalmente constituída e socialmente reproduzida a partir da centralidade de Aracaju e sua conurbação com os municípios vizinhos. Não é, portanto, a RMA como conceito geográfico urbano, pois a mesma ainda não possui este caráter.

Na Região Metropolitana de Aracaju, a urbanização é resultado do processo de desenvolvimento socioeconômico, pautado no regime de posse e uso da terra e na herança de uma sociedade tradicional, apresentando forte desigualdade em razão de fatores de ordem histórica, econômica, cultural e espacial que (re) definem as relações sociais em todo o território.

No processo de urbanização da RMA, o papel do Estado como agente na formação socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju é fundamentalmente marcado por sua atuação através da criação da COHAB (Companhia de Habitação de Sergipe). Em Aracaju (SE), a COHAB construiu, entre as décadas de 1968 a 2002, um total de 21.045 unidades habitacionais, distribuídas em 45 conjuntos habitacionais. Já a INOCOOP- BASE (Instituto de Orientação as Cooperativas Nacionais), outra modalidade do sistema Bando Nacional de Habitação /Sistema Financeiro de Habitação, que objetivava construir unidades habitacionais voltadas à classe entre 05 e 10 salários mínimos, construiu 7.313 unidades em 27 conjuntos situados em áreas que foram diretamente beneficiadas pela infraestrutura urbana governamental.

Para França (1999), na década de 1970, a COHAB/SE já encontrava dificuldades para a aquisição de terrenos para implantação de conjuntos habitacionais em Aracaju. O poder público atendia aos interesses dos agentes financeiros imobiliários, reservando terras para valorização em detrimento da função social da terra e permitiu o espraiamento da cidade para áreas mais distantes, iniciando a compra de terrenos nos municípios vizinhos de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e, posteriormente, na Barra dos Coqueiros.

Rodrigues (2005) afirma ainda que a COHAB/SE, na década de 1980, procurou glebas distantes da malha urbana, começando assim, a formação da Grande Aracaju e consolidando o empurrão da pobreza para fora dos limites da capital. Nesses termos, “a cidade de Aracaju avança na direção dos municípios vizinhos, sobretudo de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, exigindo uma nova compreensão do conjunto urbano-regional”. (FRANÇA, 1999, p. 64).



Segundo Rodrigues (2005), as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela concentração de unidades habitacionais construídas pela COHAB/SE, em Aracaju, representando 36,55% do total de unidades instaladas no estado, estimulando assim a valorização dos terrenos da capital e, ao mesmo tempo, fomentando a construção de outros conjuntos no seu entorno, aliada ao processo de especulação imobiliária, que por intermédio do capital imobiliário privado, começou a comprar áreas de reservas e expansão da cidade, apropriando-se destes espaços e direcionando o crescimento da região.

Os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros foram alvo dessa ação do Estado e do capital e formaram uma nucleação ou área metropolitana em desenvolvimento, com a construção de 43.461 mil unidades da COHAB, entre 1968 e 2002, representando 62,27% das construídas em todo Estado de Sergipe (FRANÇA, 1999)

Tendo em vista a construção de unidades habitacionais em Aracaju, bem como nos municípios vizinhos, observou-se que, em apenas trinta anos, a população desse aglomerado (RMA) cresceu mais de 100%, saindo de 338.882 mil habitantes em 1980 para 835.654 mil habitantes, em 2010 (Censo IBGE, 1980 e 2010), que representa 40,4% da população total do estado que é de 2.068.031 habitantes.

Essa dinâmica provocou, entre outras coisas, um alargamento da periferia em várias direções, ultrapassando os limites territoriais da capital e ocupando as áreas rurais dos municípios vizinhos. Nesse contexto, verificou-se um crescimento célere das áreas adjacentes a Aracaju, em especial a partir da década de 1980, com a construção dos conjuntos habitacionais e do quantitativo de contingentes humanos que se deslocaram para a região circunvizinha, iniciando assim uma aglomeração urbana que posteriormente resultou num processo de metropolização periférico.

Outra consequência visível, segundo Campos (2006) é que a prática de construção de grandes estruturas habitacionais na região metropolitana entre 1968 e 2020 expôs a fragilidade dos municípios perante a imposição do Estado que, dissociado de planejamento para geração de emprego e renda, engendrou elementos novos na



problemática social, modificando o desenho urbana e confinado a população na periferia em verdadeiros bolsões de pobreza, intensificando o problema das invasões e ocupações irregulares.

Sendo assim, ainda hoje, existem diferenças socioespaciais na realidade inter-regional na RMA, uma vez que a própria condição de vida e de habitação das populações que vivem nos municípios da região são diferentes e estão evidentes na própria paisagem urbana em movimento, materializada na situação de desigualdades no acesso à moradia, renda, educação, habitação, saneamento, mobilidade, ocupação e trabalho. Enfim, na condição cotidiana da vida, tendo como consequência a formação de verdadeiros territórios de segregação socioespacial na RMA.

O objetivo central nesse artigo é analisar a produção desses territórios, vinculando sua produção à política pública de habitação. Sendo assim, buscar-se-á desvelar a partir das particularidades existentes nos municípios que compõem essa região, as desigualdades criadas nos lugares, espacializando dentro do RMA as localidades com piores condições de vida, segregadas socioespacialmente.

Essas desigualdades foram analisadas por meio dados do censo demográfico do IBGE de 2010, com os indicadores da situação socioeconômica da população dos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, visando estabelecer o perfil comparativo da região e sua caracterização econômica e social, identificando as diferenças existentes nas condições socioeconômicas - renda, escolaridade e emprego - e as condições habitacionais - acesso a bens e serviços públicos de esgotamento, acesso à água e coleta de lixo.

Com essa metodologia, foram identificados os territórios de segregação socioespacial da RMA, apresentando suas características e analisando sua produção socioespacial. Em seguida, serão apontados entre esses, aqueles que mais receberam unidades habitacionais do PMCMV (2009-2014). Foi contextualizada a produção habitacional do PMCM na RMA de 2009 a 2014, a fim de entender, através de entrevistas com os moradores desses territórios, como o Estado continua a aprofundar com as políticas de habitação as de-

sigualdades nesses lugares, interferindo nas formas de apropriação do espaço, à medida que aprofunda uma periferização e valorização diferenciada no solo urbano, uma separação do espaço, uma hierarquização urbana, dentro de um espaço já segregado.

O PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) foi tomado para esta análise, visto que essa política habitacional foi a partir de 2009, a principal responsável pela expansão das unidades habitacionais na periferia da RMA. A análise feita parte do entendimento de que na atualidade a ação do Estado e do capital, na construção desses empreendimentos habitacionais, produz uma região metropolitana segregada com determinações impostas pelas suas estratégias de reprodução, provocando uma diferenciação das condições de vida das populações nesses espaços e sua interligação ao espaço regional metropolitano, bem como suas características particulares, separando as pessoas nesses territórios de segregação socioespacial por sua condição de classe e estruturando, via Estado, as condições necessárias para a circulação do capital.

Os territórios de segregação socioespacial na RMA: espacializando as desigualdades

A dimensão espacial é o efeito específico que os padrões de contiguidade, vizinhança e distância causam aos indivíduos e grupos, afetando suas possibilidades de inserção em diversas esferas da sociedade. (TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005; GOMES; AMITRANO, 2005; BICHIR; TORRES; FERREIRA, 2005).

Com essas considerações, podemos entender, que indivíduos com condições sociais semelhantes, mas localizados em regiões distintas da cidade, têm acesso diferenciado a bens e serviços públicos e a elementos geradores de mobilidade social (como o emprego), assim como tendem a ser submetidos de forma diferente a agravos de diversas naturezas, dependendo das condições de segregação a que estão submetidos (TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005; GOMES; AMITRANO, 2005; BICHIR; TORRES; FERREIRA, 2005).

A existência de uma segregação apresenta-se nas condições diferenciadas da sociedade no espaço é, portanto, uma fragmenta-

ção social do espaço. O Estado é o braço mais forte do capital para a produção dessa segregação. Assim, como afirma Spósito (2013) a segregação implica, necessariamente, reconhecer processos significativos e profundos de segmentação socioespacial, ainda que possa haver divergências na explicação deles ou na força dada e uma dimensão ou outra (política, étnica, religiosa, socioeconômica, etc) (SPÓSITO, 2013, p.63)

No caso da RMA, essa realidade se (re)produz com todas as suas particularidades socioespaciais, e é também evidente, por exemplo, quando se identifica dentro do espaço metropolitano atual, a existência de verdadeiros espaços de pobreza e carência social, evidenciando uma realidade de renda das populações marcadas por situações de ausência ou poucos recursos financeiros, o que por consequência os leva a se submeter a viver em habitações precárias e por vezes até subnormais.

128

A contradição mais evidente desse processo é a própria política de habitação e os interesses dos agentes financeiros imobiliários que atuam na produção da RMA, que muitas vezes deslocam uma população pobre, desprovida de renda, para localidades extremas da região, ou ainda para áreas com enormes problemas de infraestrutura e acesso aos serviços urbanos, tendo como justificativa a propriedade de uma habitação.

Isto porque é a existência das classes sociais e sua desigual distribuição espacial que causa o aumento das diferenças sociais e, a partir do momento que esta distância social adquire uma expressão espacial através da estruturação do espaço urbano, acontece a segregação socioespacial. (NEGRI, 2008)

Para compreender melhor esse processo é relevante analisar a própria situação urbana e socioeconômica da população dos municípios da RMA, desvelando as várias dificuldades de integração, e considerando uma heterogeneidade das condições de vida nos diferentes municípios dentro da região.

A segregação socioespacial na RMA tornou-se corrente no espaço intraurbano e regional, consolidando as diferenças e contradições dos investimentos do Estado nas diferentes localidades por

classes sociais que os disputam, relegando a um segundo plano as classes mais pobres da sociedade. Essa diferenciação vem aumentando a precariedade das condições habitacionais dos mais pobres, pois é a lógica da financeirização imobiliária que hoje determina o valor da cidade e as formas de acesso ao solo, o valor e a localização das habitações, e o próprio sentido do direito à cidade.

Nesse contexto, o Estado adquire um papel crucial, porque acentua a segregação com as legalizações e planos diretores de desenvolvimento urbano (PDDU), facilitando e incentivando a instalação de empreendimentos habitacionais como os condomínios fechados, criação de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, entre outros mecanismos que agudizam a segregação.

Assim, considerando esta realidade, é necessário espacializar a segregação com a identificação dos espaços que representam com mais clareza esse processo, pois os territórios de segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju são áreas em que as pessoas apresentam as piores condições de habitação e condições socioeconômicas, separadas no espaço por sua condição de classe e onde as estratégias do capital e do Estado agem no propósito de hierarquizar, para segregar, ainda mais.

A tabela 01 e a figura 2 apresentam as localidades e suas condições de segregação estabelecendo um comparativo das condições de vida diante da situação geral da RMA, parâmetro usado para selecionar as áreas e apresentá-las dentro desse processo como espaços de segregação socioespacial.

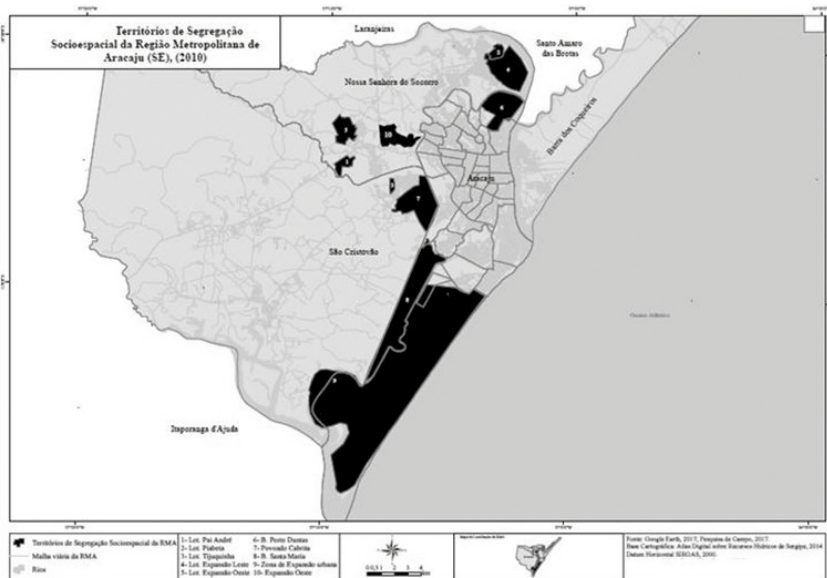
Tabela 01: Síntese dos territórios de segregação socioespacial com as piores condições socioeconômicas e de habitação na RMA -2016.

RMA-TERRITÓRIOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	% Abastecimento água da rede geral	% Esgotamento sanitário via rede geral	% Destino do lixo adequado	R\$ Renda domiciliar per capita	% Taxa de analfabetismo	% Empregados sem carteira assinada e por conta própria
Região Metropolitana de Aracaju	96,4	62,5	96,3	597,87	10,5	45,7
1-Porto Dantas	92,6	35,7	84,5	268,10	15,4	55,2
2-Santa Maria	91,6	31,2	82,3	250,75	23,6	58,2
3-Zona de expansão Urbana de Aracaju	80,1	18,5	85,2	225,00	13,5	48,7
4-Loteamento Pai André	90,8	10,2	56,8	168,00	23,2	59,2
5-Loteamentos da Expansão Oeste	91,5	12,5	63,4	240,00	27,3	62,8
6-Loteamento Jardim Piabeta	94,7	3,6	88,2	258,00	22,5	56,9
7-Loteamentos da Expansão Leste	97,2	8,5	76,1	220,00	26,5	65,0
8-Zona de Expansão Urbana Cabrita	96,2	10,5	50,5	235,00	21,3	62,0
9-Loteamento Tijuquinha	96,0	4,9	80	246,00	20,5	56,5

Organização: Os autores, 2018.

Esse critério foi também complementado com observações expressas na paisagem urbana das localidades na RMA. Como aponta CARLOS (2007), a paisagem urbana, compreendida como momento instantâneo que surge à primeira vista aos olhos do pesquisador, expressa relações e ações que propiciam uma investigação sobre a cidade. (CARLOS, 2007, p.33)

Figura 2: Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju(SE), 2010.



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2017; Pesquisa de Campo, 2017.

Assim, diante do exposto e espacializado, as áreas que apresentam situações mais expressivas de segregação socioespacial na RMA são:

1- Porto Dantas – Localizado na região norte da cidade de Aracaju, o bairro Porto Dantas possui uma população de 10858 habitantes, distribuída em 3654 domicílios (IBGE, 2010). Sua ocupação é resultado do processo de produção de sal, que se desenvolvia nas margens do Rio do Sal, que separa Aracaju de Nossa Senhora do Socorro. (Figura 3)

Esse território de segregação socioespacial é composto por um aglomerado de comunidades, que se formou por ocupações regulares e irregulares e que se legitimou através de ações públicas de habitação e regularização fundiária. Reconstruiu-se uma paisagem ainda com sérios problemas sociais, constituída pela ocupação do Coqueiral e Sagrada Família, além de conjuntos residenciais construídos pelo governo do Estado e pela prefeitura de Aracaju, como

formas de resolver conflitos e lutas por moradia e infraestrutura existente nesse território.

Figura 3: Vista do bairro Porto Dantas em Aracaju na RMA, ao fundo o Rio Sergipe.



Fonte: Os autores, 2018.



2- Santa Maria – Antigo povoado Terra Dura. O bairro Santa Maria localiza-se no município de Aracaju, sua expansão e crescimento são resultado principalmente da desativação da lixeira do bairro Soledade em 1988 e a transferência dessa atividade para o povoado Terra Dura onde se construiu um novo aterro sanitário. A partir dessa ação, comunidades migrantes e de outros bairros da periferia de Aracaju começaram a ocupar os morros e aterrar os mangues, dando origem a diversas comunidades como a Invasão da Prainha, Canal de Santa Maria, Arrozal e Água Fina.

Segundo bairro mais populoso de Aracaju, com 33475 habitantes (IBGE, 2010), o bairro Santa Maria é uma produção que pode ser analisada considerando que a ação do poder público contribuiu de forma significativa para a transformação da localidade em um bolsão de pobreza. Nas últimas décadas, as políticas de habitação, voltadas a resolver a situação de favelização da população, priorizou a remoção de uma grande parcela de população, oriunda de diversas áreas da cidade, para esta localidade. (Figura 4)

Figura 4: Vista do Bairro Santa Maria em Aracaju na RMA, ao fundo o morro do avião.



Foto: Os autores, 2018.

Formado por uma série de conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, e mais recentemente por condomínios do PMCMV, esse território é um dos mais emblemáticos exemplos de produção do espaço via fragmentação, hierarquização e segregação, legitimada pelo Estado através da condição de classe dos seus moradores.

Composto por 9272 domicílios (IBGE, 2010) é um território de segregação socioespacial marcado pela ação de políticas habitacionais, especialmente as da COHAB/SE e os de Interesse Social, que somente no período de 1980 a 2000, construíram na localidade 4209 unidades habitacionais em diversos conjuntos habitacionais. Os maiores são o Conjunto Padre Pedro, com 2223 unidades habitacionais (COHAB/SE) e o Conjunto Governador Valadares, construído pela FUNDESE para o reassentamento de pessoas oriundas de áreas de risco, com 1200 unidades habitacionais.

3-Zona de expansão Urbana de Aracaju- Criada pela Lei Municipal nº 873, de 1º de outubro de 1982, a Zona de Expansão de Aracaju correspondia a quase 40% do território municipal. Atualmente essa região vive profundas transformações, isso em virtude de ter sido, segundo França, S. (2011), alvo de investimentos governamentais e de políticas públicas, que beneficiaram a produção imobiliária, prin-



principalmente a inserção de conjuntos habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial e projetos voltados para habitação popular.

Essa dinâmica provocou um crescimento demográfico na localidade, sendo que a população residente que era de 9377 habitantes em 2000 passou para 22680 habitantes em 2010. Esse crescimento deve ser analisado considerando dois fatores explicativos: o primeiro é a criação, em 2010, do Bairro 17 de Março que deslocou para essa zona 6571 pessoas e o segundo é a expansão do Loteamento Aruanda proveniente da construção de diversos conjuntos habitacionais pelo PAR a partir de 2002. (Figura 5)

Figura 5: Vista do bairro 17 de Março na Zona de Expansão urbana de Aracaju.



Foto: Os autores, 2018.

Na atualidade, a Zona de expansão de Aracaju (ZEUA) é um espaço de conflitos e segregação. Essa produção territorial é marcada pela dinâmica da abertura de mais de 7000 lotes entre 2000 e 2014 na região (PMA) e a intensificação da construção de condomínios de apartamentos e casas pela iniciativa privada, bem como, a proliferação de empreendimentos do PMCMV.

Essa realidade faz com que o processo de separação do/no espaço na ZEUA se apresente na realidade socioespacial de maneira intensa. Uma separação marcada por condições desiguais entre as populações que habitam esse território. Essa desigualdade se expressa na separação das condições de vida e habitação dos mo-

radadores do Loteamento Aruanda e os moradores do bairro 17 de Março, bem como a submissão e expulsão de moradores das casas e propriedades localizadas nos tecidos urbanos dispersos e fragmentados em direção ao povoado Mosqueiro e sua substituição por residências destinadas à classe média alta.

4- Loteamento Pai André - localizado no município de Nossa Senhora do Socorro, na RMA, é um aglomerado urbano composto por 578 domicílios (IBGE, 2010). Essa localidade é bastante representativa para o entendimento da segregação socioespacial analisada na pesquisa. É um espaço que foi construído sob a forma de venda de lotes de terras, no ano de 1986, tendo se expandido territorialmente a partir da criação em 1992 do loteamento Santo Inácio, ambos localizados dentro do Complexo Jardim (PDDU/Nossa Senhora do Socorro).

Com uma população de 2073 habitantes (IBGE, 2010) é um dos territórios com pior situação de pobreza e descaso por parte do Estado. A população sofre com a falta de infraestrutura, de saneamento básico, de transporte e atendimento de saúde e com todos esses condicionantes a violência e a criminalidade fazem parte do cotidiano dos moradores. (Figura 6)

Figura 6: Vista do Loteamento Pai André em Nossa Senhora do Socorro na RMA.



Fonte: Os autores, 2018.

5- Loteamentos da Expansão Oeste – É um conjunto de loteamentos que surgiu a partir da década de 1970, nas margens da BR 101 e suas adjacências. É resultado de um processo intenso do parcelamento do solo que ocorreu na região em virtude da mercantilização da terra que transformou a propriedade do solo urbana da RMA em uma mercadoria. Segundo França (1999), a partir da construção do Conjunto Célia Cabral Duarte (1983), conhecido como Conjunto das Domésticas, se dinamizou o parcelamento do solo no município e os terrenos localizados em seu entorno foram valorizados e loteados. (Figura 7)

Figura 7: Entrada do Loteamento Guajará no Território da Expansão Oeste na RMA.



Foto: Os autores, 2018.

Fazem parte do setor censitário do Loteamento da Expansão Oeste: Loteamento Itacacema I, Loteamento Itacacema II, Loteamento Itacacema III, Loteamento Nova Palestina, Loteamento Guajará, Loteamento Rosa de Maio, Loteamento São José, Loteamento Santa Cecília, Loteamento Paulo Pereira, Loteamento Boa Viagem, Loteamento Parque Nossa Senhora de Fátima e o Loteamento Jardim Manguinhos.

Em todas essas localidades, a característica mais pungente é a carência social e ausência de infraestrutura e saneamento básico, aliado a essa condição existem aglomerados que foram produzidos a partir de ocupações em áreas de fragilidade ambiental como as margens de rios em mangues e encostas, perfazendo um total de

6402 pessoas vivendo em ocupações irregulares neste território (IBGE, 2010).

Essas condições ocasionam a permanência de uma população empobrecida, com problemas sociais diversos, com alta taxa de desocupação, carente de assistência social e desprovida de justiça espacial. Tudo isso, em decorrência de políticas eleitoreiras que em benefício de incorporadores, promoveram a expansão habitacional neste território, sem nenhuma preocupação com as condições de habitação e sobrevivência da população que habita as localidades.

6- Loteamento Jardim Piabeta – Localizado na porção nordeste do município de Nossa Senhora do Socorro, o Loteamento Jardim Piabeta faz parte do Complexo Taiçoca (PDDU/Nossa Senhora do Socorro). É um dos maiores aglomerados urbanos em forma de loteamentos construídos na RMA.

Sua formação deu-se a partir de 1980, quando o município de Nossa Senhora do Socorro passou por grandes transformações urbanas. A sede do município não sofreu grandes alterações, entretanto, o espaço dos povoados foi alvo de empreendimentos imobiliários que provocaram mudanças em áreas antes ocupadas por manguezais e pouco povoadas.

Com uma população de 10557 habitantes vivendo em 2953 domicílios (IBGE, 2010), esse loteamento já foi considerado uma das áreas mais pobres e problemáticas da RMA. Sua alta densidade demográfica, aliada às condições de precariedade de infraestrutura, ocasionaram durante décadas inúmeros conflitos entre a população e o poder público. (Figura 8)

Figura 8: Rua do Loteamento Jardim Piabeta em Nossa Senhora do Socorro na RMA.



Foto: Os autores, 2018.

7- Loteamentos da Expansão Leste – Também localizados no Complexo Taiçoca, esse território de segregação socioespacial é uma produção urbana regional que se estruturou a partir do final da década de setenta em virtude da implantação do Projeto Urbano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Aracaju.

Política de caráter desenvolvimentista, associava a atividade industrial à produção habitacional e tinha como objetivo desenvolver a atividade industrial em Nossa Senhora do Socorro, implantando o Distrito Industrial e o Complexo Urbanístico da Taiçoca, em uma área fora da sede municipal, nas proximidades de Aracaju e contemplava a construção em etapas de mais de 20000 mil unidades habitacionais, para abrigar uma população de mais de 125.000 mil habitantes.

Assim, os Loteamentos da Expansão Leste foram sendo produzidos, tendo como principal eixo de expansão a proximidade com os conjuntos residenciais construídos pela COHAB/SE neste complexo, atraindo uma população pobre que migrou de vários lugares de Sergipe e de outros estados em busca de emprego e habitação.

Os Loteamentos da Expansão Leste são constituídos pelas seguintes localidades: Loteamento Jardim Sauara, Loteamento Jardim Mariana, Loteamento Cajueiro e Loteamento São Braz.

Com uma população de 23328 habitantes, distribuídos em 6742 domicílios (IBGE, 2010), esse território possui uma população com graves problemas socioeconômicos e vivendo ainda hoje com pouca estrutura habitacional e tem sido o espaço mais afetado no processo de valorização do capital. Até 2014 foi a área do município de Nossa Senhora do Socorro que mais recebeu empreendimentos imobiliários do PMCMV. (Figura 9)

Figura 9: Rua do Loteamento Cajueiros em Nossa Senhora do Socorro na RMA.



Fonte: Os autores, 2018.

8 -Zona de expansão urbana da Cabrita - é o espaço territorial da RMA que mais sofreu transformações urbanas, especialmente a partir de 2010, quando os interesses dos agentes imobiliários locais e nacionais transformaram por meio do PDDU de São Cristóvão a área correspondente ao setor censitário do Povoado Cabrita, em uma zona de expansão urbana.

A Zona de Expansão Urbana da Cabrita (PDDU) corresponde ao setor censitário do Povoado Cabrita (IBGE). Até 2010, possuía uma população de 20922 habitantes distribuídos em 6194 domicílios. Composto pelo Loteamento Jardim Universitário I e II, Povoado Barreiro e Povoado Cabrita. Esse território possui características de profundos contrastes sociais, pois a produção espacial do mesmo dá-se atendendo aos interesses dos agentes imobiliários em detrimento da solução das péssimas condições de vida em que estão submetidas as populações dessas localidades, resultado final de um processo ainda em curso de urbanização/desruralização. (Figura 10)



Figura 10: Rua do Povoado Barreiro, na Zona de Expansão da Cabrita-Grande Rosa Elze em São Cristóvão na RMA.



Foto: Os autores, 2018.

Esse também é o território em que se constata a construção de uma grande quantidade de empreendimentos do PMCMV na região da Grande Rosa Elze. Essas construções estão organizadas em duas frentes de produção: a primeira, às margens da rodovia João Bebe Água, em direção oeste, indo ao encontro do bairro Jabutiana em Aracaju, e a segunda frente parte da expansão do Conjunto Santa Lúcia no Bairro Jabutiana, em Aracaju, e avança sobre as terras de São Cristóvão ao encontro dos condomínios construídos e em construção na zona de expansão da Cabrita na Grande Rosa Elze em São Cristóvão.

9- Loteamento Tijuquinha – Historicamente, segundo Campos (2005), o processo de parcelamento do solo na zona rural de São Cristóvão para fins urbanos, é uma característica marcante na produção espacial desse município. A produção urbana regional de São Cristóvão tem como marca a existência de uma grande área urbana desvinculada da sede municipal, denominado de Grande Rosa Elze.

É neste contexto que o Loteamento Tijuquinha é produzido na dinâmica urbana de RMA. Situado na Grande Rosa Elze, em uma área contínua ao Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes, esse território de segregação socioespacial surgiu em 1986 firmando-se como uma alternativa de acesso à moradia, especialmente para a classe mais pobre, uma vez que o acesso às unidades habitacionais produzidas pela COHAB/Se se tornava mais seletivo, e direcionado a uma faixa de renda mais elevada.

partir de relações de poder entre os diversos agentes de produção do espaço, entre eles a população segregada.

Os territórios de segregação socioespaciais identificados na RMA são tomados como referência no espaço, daí a indissociabilidade entre os dois, pois a intensidade e a forma da ação do poder nas diferentes dimensões do espaço originam diferentes tipos de territórios.

Para Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder³. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território aqui assumido, pois o poder é relacional, está intrínseco em todas as relações sociais.

Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (CORRÊA, 2000, p. 32).

No caso da RMA, esses territórios são contradições se materializam a partir de profundas desigualdades espaciais, especialmente nas suas periferias, onde sua apropriação é marcada por diferentes processos de fragmentação e segregação. A apropriação territorial promovida pelos agentes financeiros imobiliários, por meio da construção de empreendimentos habitacionais do PMCMV nestes territórios é, portanto, a (re)produção de uma nova segregação, marcada pela diferenciação residencial e pela produção de uma nova valorização espacial, caracterizadas pela apropriação do espaço vivido por uma nova classe que o submete, com uma diferenciação inclusive no seu modo de vida. Tudo isso como analisa Carlos (2015) alicerçado pelas novas estratégias do

3 O poder implica, evidentemente, a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais. Mas essa capacidade não precisa ser exercida apenas por uma instância de poder que encarne uma separação estrutural entre dominantes e dominados, entre dirigentes e dirigidos, sendo a expressão de uma divisão de classes e de uma assimetria estrutural de poder entre grupos sociais – como é o caso do aparelho de Estado. (SOUZA, 2001)

capital financeiro imobiliário, que com o Estado, torna-se proprietário das cidades.

Para desvelar melhor esse processo, é importante relacionar essa valorização com a ação do Estado e do capital, apresentando o número de empreendimentos e unidades habitacionais que foram construídos ao longo de 2009 a 2014, analisando qual o impacto dessa política de habitação para a transformação da realidade socioespacial nesses territórios.

A política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (2009-2014) nos territórios da segregação socioespacial

Diante da crise estrutural do capital, que se apresentava a partir de 2008 e, também, em decorrência da própria já vivida pelo setor da construção civil no Brasil, após a abertura dos seus capitais para o mundo, por meio das bolsas de valores, o governo federal, com o objetivo de dinamizar a economia e garantir a reprodução do capital, via setor da construção lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A estrutura de implementação criada para o programa foge bastante à tradição do setor habitacional no Brasil. A Caixa Econômica Federal (CEF) é gestora operacional do PMCMV, recebendo e aprovando (ou não) as propostas de construção dos empreendimentos apresentadas diretamente por empresas da construção civil. Aos governos locais coube principalmente a viabilização da terra, após a adesão ao programa junto à CEF.

Dividido até 2014 em 3 faixas, o PMCMV se estruturava da seguinte forma: A primeira destinada a famílias com renda mensal inferior a R\$ 1.600,00, que podiam receber subsídios de até 96% do valor do imóvel, pagos com recursos do OGU (Orçamento Geral da União). Na segunda faixa, para o segmento de renda familiar acima de R\$ 1.600,00 até R\$ 3.275,00, os juros cobrados eram menores que os de mercado e os subsídios podiam chegar a R\$ 25.000,00 por família, sendo que, quanto menor a renda familiar, maior o valor subsidiado.



Na terceira faixa, a partir da renda familiar de R\$ 3.275,00 até R\$ 5.000,00, não existia subsídio no valor do imóvel, mas as taxas de juros também eram menores que as de mercado. Os recursos da segunda e terceira faixas são provenientes do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Na terceira faixa, a partir da renda familiar de R\$ 3.275,00 até R\$ 5.000,00, não existia subsídio no valor do imóvel, mas as taxas de juros também eram menores que as de mercado. (CAIXA, 2016).

Segundo o Ministério das Cidades (2018), o quantitativo de unidades habitacionais entregues no período de 2009 a 2014, na RMA foi de 36209 unidades habitacionais, 20639 na cidade se Aracaju, 2345 na Barra dos Coqueiros, 3313 no município de Nossa Senhora do Socorro e por fim 10112 no município de São Cristóvão.

Essas unidades habitacionais entregues correspondem a todas as modalidades do programa, ou seja, imóveis da Zona Urbana e Rural, nas modalidades de construção executadas por construtoras (FAR Empresas), por Entidades (Associação de Moradores e outras), sendo que no caso das entidades, as unidades habitacionais devem ser atendidas obrigatoriamente na faixa 01 do programa.

No caso da RMA, os resultados levantados apontam uma tendência do processo marcado pelo predomínio de construção de unidades residenciais nas faixas 2 e 3, voltadas para a famílias com faixa de renda superior a 3 salários mínimos.

Para atender aos objetivos da pesquisa, portanto, é necessário identificar e analisar as unidades habitacionais construídas na RMA, da modalidade FAR Empresas, ou seja, aquelas feitas por construtoras e incorporadoras, pois representam a vertente mais contundente e quantitativa dos imóveis construídos na região, uma vez que as demais modalidades tem pouca representatividade no contexto geral produzido, tendo sido excluídas da nossa pesquisa.

Em termos relativos, de acordo com os dados do MIC há uma concentração de unidades em Aracaju. O total neste município corresponde a 56,9% de todas as unidades habitacionais entregues pelo PMCMV na RMA, São Cristóvão é o município que mais vem



crescendo proporcionalmente na região, tanto em unidades habitacionais entregues, como em número de unidades contratadas.

Já os empreendimentos destinados à faixa 2 e 3 do PMCMV, espalhados pela RMA, como se trata de empreendimentos voltados a famílias com rendimentos superiores a três salários mínimos, regidos sob a forma de contratos bancários, torna-se difícil a identificação dos empreendimentos de forma individualizada, visto que a sua construção não significa a entrega efetiva das unidades habitacionais.

Esse número é conflitante à medida que se busca confirmar na base local essa informação (Prefeituras, localização via trabalho de campo dos empreendimentos, informações na superintendência da CEF). A realidade muitas vezes torna-se até distante das informações fornecidos pelo Ministério das cidades, especialmente quando comparada com as informações levantados junto aos órgãos de licenciamento de obras das prefeituras locais.

Entretanto, os trabalhos de campo com levantamento desses dados locais, bem como as consultas à base de dados dos órgãos responsáveis pela liberação de obras nos municípios da região metropolitana, e em consonância com os dados levantados junto à Superintendência local da Caixa Econômica Federal, apontam para a construção de 17744 unidades habitacionais nas faixas 2 e 3 do PMCMV, entre 2009 e 2014, na Região Metropolitana de Aracaju.

Em Aracaju foram construídos 47 empreendimentos habitacionais pelas faixas 2 e 3 do PMCMV, totalizando 10464 unidades habitacionais comercializadas no período de 2009 a 2014, na Barra do Coqueiros, 10 empreendimentos habitacionais, totalizando 1904 unidades habitacionais, no município de Nossa Senhora do Socorro foi identificado, a construção de 2136 unidades distribuídas em 08 empreendimentos, em São Cristóvão um total de 3240 unidades habitacionais, distribuídas em 15 empreendimentos diferentes.

Na RMA os territórios de segregação socioespacial são espaços que vêm recebendo um grande número dos empreendimentos do PMCMV. A tabela 3 ilustra esse processo, apresentando a correlação destes territórios e a produção de unidades habitacionais do

PMCMV. As estratégias do capital que promove, via Estado, a periferização e segregação têm como consequência o deslocamento dessa população para regiões ainda mais distantes, para novas e antigas periferias. (Tabela 02)

Tabela 02: Empreendimentos habitacionais e unidades habitacionais entregues pelo PMCMV nos territórios de segregação socioespacial na RMA- 2009-2014.

RMA- TERRITÓRIOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	Total de empreendimentos do PMCMV	Total de unidades habitacionais PMCMV
Região Metropolitana de Aracaju	85	19375
Porto Dantas	03	795
Santa Maria	05	1213
Zona de expansão Urbana de Aracaju	08	2220
Loteamento Pai André	-	-
Loteamentos da Expansão Oeste	-	-
Loteamento Piabeta	-	-
Loteamentos da Expansão Leste	08	2136
Zona de Expansão Urbana da Cabrita	03	628
Loteamento Tijuquinha	-	-

Fonte: Dados coletados em trabalhos de campo, 2018.

Elaboração: Os autores, 2018.

A Figura 11 apresenta esses territórios de segregação socioespacial na interface da ação do PMCMV. Sobrepondo os empreendimentos habitacionais nestes espaços, nota-se o avanço destes empreendimentos na periferia da região, uma produção que vem causando uma série de questionamentos e novos conflitos nas localidades.

Os territórios de segregação socioespacial na RMA são espaços que concentram uma grande fragmentação e hierarquização socioespacial. Entretanto, os agentes financeiros imobiliários, ali-

cercados nas ações do Estado, vêm desempenhando um papel crucial nesse processo de reprodução, porque acentuam a segregação com a periferização e legalizações para instalação de condomínios fechados, criação de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, entre outros mecanismos que promovem essa reprodução nesses mesmos territórios.

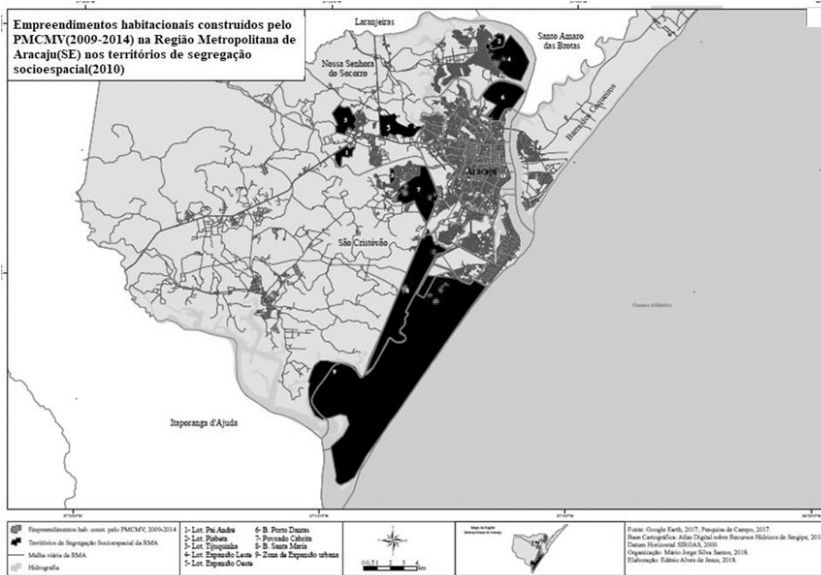
A decisão de se isolar, pela construção de muros, cercas eletrificadas, segurança, fechando bairros inteiros e, também, construindo condomínios fechados, vai além do medo da violência. Isso acontece quando a classe mais alta começa a ir para a periferia. Contudo, isso não significa a inexistência ou a diminuição da segregação, ao contrário, pode, inclusive, causar um aumento do acirramento das relações sociais e espaciais entre as diferentes classes.

Isto porque, a diferenciação socioespacial por meio de “processos, funções e formas-conteúdo distintos”, tende a estabelecer uma divisão social e econômica das porções ou dos setores que compõem o espaço urbano, ao mesmo tempo em que se mantêm níveis elevados de articulação e de interdependência entre as áreas que se diferenciam (CORRÊA, 2007).

Na RMA, esse processo é fortemente representado, na escala local, como parte de uma totalidade espacial, marcada pela existência de uma estrutura urbana, dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, na qual os agentes financeiros imobiliários, em interface com o Estado, podem controlar a produção e o consumo da cidade, por meio de instrumentos como a financeirização imobiliária, fundamentados na lógica do desigual acesso à moradia na região.

Portanto, há uma clara separação entre as condições de vida da população que vive nesses territórios de segregação socioespacial e os recém-chegados moradores dos condomínios do PMCMV. Essa separação se expressa tanto no modelo de habitação, produzido pelas construtoras, como também pelas formas de consumo e mobilidade urbana, condições essenciais para o exercício do direito à cidade.

Figura 11: Empreendimentos habitacionais construídos pelo PMCMV (2009-2014) na Região Metropolitana de Aracaju (SE) nos territórios de segregação socioespacial (2010).



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2017; Pesquisa de Campo, 2017.

Uma das formas encontradas pelos agentes financeiros imobiliários para superar essa contradição espacial, é, por intermédio das construtoras e incorporadoras, oferecer produtos “imobiliários completos”, uma vez que, supostamente, podem urbanizar fragmentos das periferias por meio da construção de empreendimentos fechados que contam com algumas infraestruturas (ruas pavimentadas, iluminação, esgotamento sanitário).

Todavia, quando esse processo é realizado, o capital acentua a separação entre os novos espaços e os lugares do entorno, além de gerar uma grande demanda de serviços que muitos municípios da RMA não podem suprir. Isto porque, como analisa Volochko (2015), o capital financeiro imobiliário, primeiro, garante a realização dos negócios imobiliários, depois, solicita que o poder público municipal os torne espaços dotados de melhores condições de urbanidade.

Diante de todas essas contradições sociais, no contexto regional, a ação do capital e do Estado, mediante a política de habitação do PMCMV na RMA, sustentada numa poderosa estratégia publicitária, explorando o sonho da casa própria, faz com que esses novos moradores se sujeitem a viver em localidades que apresentam diversos problemas estruturais e sociais.

Em geral, os moradores entrevistados dos empreendimentos habitacionais do PMCMV da RMA têm duas características principais: não possuíam moradia própria antes da aquisição do imóvel e são na maioria oriundos de áreas periféricas de Aracaju (SE). Há predomínio de pessoas que se deslocaram de áreas periféricas de Aracaju (SE), para localidades ainda mais distantes da RMA, tendo como objetivo principal a aquisição de uma moradia própria.

A aquisição da casa própria para esses moradores é apontada como a principal explicação para que se sujeitem a morar, muitas vezes, em localidades distantes do seu local de trabalho e das suas relações cotidianas de vida familiar e social.

Essa é a efetividade da produção da vida nos territórios de segregação socioespacial dos Loteamentos da expansão Leste, Loteamentos da Expansão Oeste, Loteamento Pai André, Loteamento Piabeta e, também, dos loteamentos existentes na Zona de expansão urbana do Povoado Cabrita. A principal característica dessas localidades, ainda hoje, são as dificuldades de acesso aos serviços de saneamento, saúde, educação, trabalho e habitação adequada, provocando, na vida e na paisagem urbana dessas comunidades, uma expressão das desigualdades sociais.

A análise de França (1999) explica que, na atualidade, grande parte dos territórios de segregação, identificados nesta tese, estão exatamente vinculados a esse contexto histórico de formação socioespacial. Até hoje, esses territórios permanecem com precárias estruturas de saneamento, acesso à rede de água e esgoto, coleta de lixo, educação, saúde, mobilidade e condições de trabalho e renda, que só se transformam com lutas e conflitos entre os moradores e a estrutura de Estado. A carência social se reflete na própria relação que esses moradores têm com a cidade e a região metropolitana, para a qual, nesses casos, o Estado se faz presente, exatamente na sua ausência.



Entretanto, na atualidade, os processos de segregação que ocorrem já priorizam a perspectiva de uma ação imobiliária e de expansão urbana regional para outras localidades, pois a lógica de valorização do espaço continua em plena produção.

Considerações finais

A segregação socioespacial resulta da acentuação na diferenciação socioespacial, bem como da negação dessa diferenciação (SPOSITO, 2013, p. 83), sobretudo, em termos de rupturas com quaisquer tipos de relações sociais e políticas no âmbito do espaço urbano (LEFEBVRE, 2000, p. 124). Nesse sentido, tanto (SPOSITO, 2013) quanto (LEFEBVRE, 2000) indicam características que atualizam a análise do conceito de segregação socioespacial, tendo em vista que a segregação sugere “separação” e não uma “nítida diferenciação”.

A segregação socioespacial é característica fundamental do processo de produção do espaço urbano da RMA e em seus fundamentos históricos e legais, mostra-se como uma constante negativa da própria cidade e da vida urbana, sua forma mais contundente fundamenta-se na contradição entre a produção social da cidade e sua apropriação privada pelos agentes financeiros imobiliários.

A segregação, vivida na dimensão do cotidiano, apresenta-se, neste espaço regional, como expressão das desigualdades, tanto nas formas de acesso à moradia, como nas diferenças de acesso aos serviços aos públicos, que impactam, de maneira diferenciada, a vida da população que se encontra separada no espaço pela sua condição social.

Na RMA, entre esses e outros mecanismos, o mais recente, nesse processo de separação, é a política de habitação do PMCMV que, desde 2009, vem perifizando a região e promovendo a (re)produção dessa segregação, por meio da construção de condomínios fechados em espaços com profundos problemas socioeconômicos, como os habitacionais, acentuando a desigual distribuição espacial dos segmentos sociais e causando uma separação social no espaço.

O capital, na sua lógica de reprodução, usa desses empreendimentos como estratégia de revalorização do solo urbano da região,



aprimorando ainda mais o processo de fragmentação e segregação, estabelecendo uma divisão social do espaço, uma vez que esses empreendimentos são produzidos dentro de uma lógica de separação entre as condições materiais de existência nas periferias onde são impostos, e a condição social e econômica dos moradores locais e aqueles que se tornam proprietários desses imóveis.

Esse processo pode ser visto nos territórios de segregação socioespaciais, nos quais a chegada desses empreendimentos habitacionais, construídos pelos agentes do capital financeiro imobiliário, em uma lógica de mercantilização e valorização do solo urbano, vem provocando uma separação evidente entre o modo de vida e as formas de acesso às estruturas e aos serviços públicos existentes.

Segundo Negri (2008), a estrutura urbana também revela e produz as desigualdades, no que concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido como a capacidade diferenciada que cada grupo da sociedade possui para se localizar em determinados espaços.

Como consequência desse processo, os grupos socialmente mais fragilizados acabam subjugados a essa norma vigente de uso e valor do solo, tendo seus espaços de habitação, muitas vezes usurpados, condicionados a uma norma de troca, na qual o resultado é o seu deslocamento para áreas ainda mais distantes da RMA, abrindo espaço para que o capital se reproduza, destruindo as barreiras por meio da expansão do urbano, cada vez mais hierarquizado.

Nesse sentido, o ideal de cidade, como um bem coletivamente concebido e apropriado é negado pela imposição de um explícito afastamento socioespacial. Isso ocorre porque, para Ribeiro (2015), o sentido da segregação socioespacial, antes de tudo, está estruturado na separação das práticas socioespaciais, que podemos considerar como uma forma política de segregação, que impede a sociabilidade para a construção de resistências ao processo de miserabilidade dos trabalhadores urbanos.

As terras existentes, nas periferias imediatas da RMA, vêm sendo apropriadas pelo capital imobiliário, por meio de construtoras e incorporadoras que, na atualidade, apresentam-se como as locali-

dades com maior número de empreendimentos do PMCMV. Nessas localidades, o preço da terra, aparentemente mais baixo, quando comparado com o preço de outros terrenos mais próximos às áreas centrais, com maior infraestrutura e proximidade urbana, vem sendo (re) valorizado pelo capital, promovendo uma fragmentação e uma hierarquização, especialmente, em territórios com profundos processos de segregação socioespacial da região.

A política de habitação do PMCMV vem sendo estruturada nessa interface Estado/capital, pois é a junção da lógica de subordinação do Estado aos interesses dos agentes financeiros imobiliários, sendo hoje a principal política promoção habitacional no espaço urbano regional, colaborando de forma efetiva para a periferização e (re)produção de uma segregação em espaços (territórios) socioespaciais já historicamente segregados, e agora ameaçados por um sistema de financiamento imobiliário que (re)estrutura a relação de uso e de troca do solo urbano, ameaçando a permanência de populações nessas áreas estudadas e produzindo uma separação por classe social em uma espaço já historicamente segregado.

Referências

BICHIR, R. **Segregação residencial e acesso a políticas públicas no município de São Paulo**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – DCP, Universidade de São Paulo. 2005.

_____. TORRES, H.; FERREIRA, M. P. **Jovens no Município de São Paulo: explorando as relações de vizinhança**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v.6, n.2, 2005.

BRASIL. **Censo Demográfico: 1950,1960, 1970, 1981, 1991, 2000 e 2010**.

CAMPOS, Antônio Carlos. A construção da cidade segregada: O papel do Estado na urbanização de Aracaju. In: ARAUJO, H. M. et. al. **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão. Editora UFS, 2006, p.223-246.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org). **A Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2017, p.35-58.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado & Metropolização**. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.p.57.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 2000.
- NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. In: **Coletâneas do nosso tempo**. Rondonópolis, MT, v. VII, n. 8, , 2008, p.129 – 153.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. SP: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- RODRIGUES, Maria Zélia Matos Dantas. **Evolução do Uso e Ocupação do Solo do Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes**. São Cristóvão, SE: Monografia de Bacharelado em Geografia. UFS, 2005.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: **A crise urbana**. Ana Fani Alessandri Carlos(org.). São Paulo: Contexto, 2015.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.86-103.
- SAQUET, Marcos Aurélio. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.17-37.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO; Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TORRES, Haroldo da Gama. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Estudos Urbanos. vol.17, no.47, 2002, p.97-128.
- VOLOCHKO, Danilo. A moradia como negócio e valorização do espaço urbano metropolitano. In: **A cidade como negócio**. Ana Fani Alessadri Carlos, Danilo Volochko, Isabel Pinto (orgs). São Paulo: Contexto, 2015.

